

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.310.283 - RJ (2018/0144597-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : REBECA SILVA DEZZANE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : RENATA MOLLO DOS SANTOS - RJ181877
PAULA LIMA TAVARES MARINS E OUTRO(S) - RJ196705

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **REBECA SILVA DEZZANE**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 99, e-STJ):

Apelação Cível. Embargos à execução de título extrajudicial. Mutuária da FUNCEF que pugna pela aplicação da teoria da imprevisão, bem como pelo reconhecimento de excesso de execução. Sentença de improcedência do pedido. Manutenção. Inicial que não aponta o valor que a embargante entende ser o devido, em inobservância do art. 739-A do CPC/73. Alteração da forma de dedução das parcelas de empréstimo em razão da insuficiência de saldo na conta bancária na qual se dariam os descontos que se encontrava expressamente regulada no contrato, motivo pelo qual sua mera concretização não se caracteriza como hipótese de imprevisibilidade a justificar a alteração das bases contratuais. Aplicação da máxima pacta sunt servanda. Recurso ao qual se nega provimento.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados (fls. 116-118, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 123-140, e-STJ), a insurgente aponta violação aos artigos 113, 927 e 944 do Código Civil; 355, I, 357, 369, 370, parágrafo único, 373, I, e 1022, do CPC/15.

Sustenta, em síntese: **a)** negativa de prestação jurisdicional, alegando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre as teses de cerceamento de defesa e de falta de oportunização para a produção de provas essenciais à comprovação do direito, por ela apresentadas; **b)** ocorrência de cerceamento de defesa, ante o julgamento antecipado da lide e a impossibilidade de produzir provas essenciais à comprovação do direito.

Sem contrarrazões (fl. 148, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 150-152, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 164-175, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Sem contraminuta (fl. 180, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. A recorrente aponta ofensa ao artigo 1022 do CPC/15, alegando negativa

de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o Tribunal de origem não se manifestou sobre as teses de cerceamento de defesa e de falta de oportunização para a produção de provas essenciais à comprovação do direito, por ela apresentadas.

Infere-se que referidas teses foram postas à apreciação da Corte de origem através do recurso de apelação (fls. 76-83, e-STJ) e dos embargos de declaração (fls. 111-114, e-STJ).

O Tribunal local, no julgamento da apelação, não se manifestou sobre as teses mencionadas e, quando do julgamento dos aclaratórios, concluiu que não havia qualquer vício a ser sanado por meio de embargos de declaração, razão pela qual rejeitou o reclamo.

Todavia, não se vislumbra no acórdão recorrido a análise das alegações de cerceamento de defesa e de falta de oportunização para a produção de provas essenciais à comprovação do direito, embora tenham sido apontadas na apelação e nos embargos de declaração pela ora recorrente.

O órgão julgador nada disse a respeito da configuração ou não do cerceamento de defesa ou da necessidade de produção de provas pelas partes, tendo sido suscitada a manifestação pela recorrente em momento oportuno.

Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, deve ser reconhecida a alegada negativa de prestação jurisdicional/deficiência de fundamentação dos acórdãos que deixam de se manifestar sobre questões relevantes para o deslinde da controvérsia, como ocorre na hipótese *sub judice*. Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. OCORRÊNCIA. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS. [...] 2. "**Caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada**" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010). 3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1556587/RN, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/03/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECONHECIMENTO. NULIDADE. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. 1. **A falta de manifestação sobre questão relevante para a solução da causa, mesmo após a oposição de embargos de declaração, qualifica negativa de prestação jurisdicional e violação do art. 535, II, do CPC/1973, vigente ao tempo em que praticados os atos processuais. Precedentes. 2. Reconhecida a violação ao art. 535, II, do CPC/1973, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão dos aclaratórios, determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso.** 3. Agravo interno a que se nega

provimento. (AgInt no AREsp 951.186/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017) [grifou-se]

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ART. 165, 458 E 535 DO CPC. OMISSÃO CARACTERIZADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. **1. Deficiente a prestação jurisprudencial realizada no Tribunal de origem, deve-se acolher a preliminar de violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC para determinar o retorno dos autos para que sejam sanadas as omissões apontadas. 2. Hipótese em que não obstante a oposição de embargos de declaração, não foi decidida de forma clara e devidamente fundamentada a questão referente à ocorrência de danos materiais e o pedido de redução do quantum indenizatório arbitrados.**

Agravo regimental interposto por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A provido para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que se manifeste sobre a matéria articulada nos embargos de declaração. Agravo regimental da União prejudicado. (AgRg no REsp 1211216/AM, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 26/09/2013) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. OFENSA À HONRA E À IMAGEM DO ESPOSO E PAI FALECIDO. PERSONAGEM DE FILME QUE RETRATA VERSÃO DE FATO HISTÓRICO. OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. CARACTERIZAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. **1. O col. Tribunal de Justiça, em acórdão desprovido de fundamentação, rejeitou os embargos de declaração apresentados pelos recorrentes, deixando de apreciar as alegadas omissões e obscuridades indicadas pelos embargantes como essenciais ao deslinde da controvérsia. 2. Nesse contexto, deve ser reconhecida a violação aos arts. 165, 458 e 535 do CPC, determinando-se o retorno dos autos à origem, a fim de que sejam apreciados os vícios, como se entender de direito, com a prolação de novo acórdão, agora motivado, em embargos de declaração. 3. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 750.698/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2012, DJe 24/05/2012) [grifou-se]**

Com efeito, deve ser reconhecida a apontada violação ao supracitado dispositivo, impondo-se a decretação de nulidade do acórdão que julgou os aclaratórios (fls. 116-118, e-STJ), determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso, a fim de que seja sanada a omissão em relação às teses de cerceamento de defesa e de falta de oportunização para a produção de provas essenciais à comprovação do direito, como entender de direito, com a prolação de novo acórdão, motivado e fundamentado, em embargos de declaração.

2. Do exposto, conheço do agravo e, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para anular o julgamento dos embargos de declaração (fls. 116-118, e-STJ) e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja suprido o vício apontado, na esteira do devido processo legal.

Restam prejudicadas as demais matérias arguidas no recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

